



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CTCOVID19

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que sejam convidadas a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre as tratativas do retorno seguro das aulas presenciais nas escolas públicas no 2º semestre do corrente ano, bem como o mapeamento da infraestrutura tecnológica presente e necessária para o breve retorno escolar, as pessoas abaixo:

- o Exmo. Sr. Milton Ribeiro, Ministro da Educação;
- o Exmo. Sr. Fábio Faria, Ministro das Comunicações;
- Representante do Banco Mundial.

A presença do Ministro da Educação tem por objetivo, apresentar: o plano formal, as estratégias e os protocolos para o retorno seguro das aulas nas escolas públicas no 2º semestre de 2021, na modalidade presencial ou modelo híbrido; o cronograma físico-financeiro e respectivos custos necessários para adaptar as escolas e as salas de aula para o possível retorno; as metas para treinamentos de professores para o uso da tecnologia necessária para o ensino remoto; o custo/aluno para o aprendizado em informática básica, intermediária e avançada, para ensino médio a curto prazo para essa retomada e o planejamento da vacinação dos professores, gestores escolares bem como dos colaboradores que compõem o quadro geral da escola.

O convite ao Ministro das Comunicações, visa demonstrar o mapeamento das escolas que possuem sinal de internet com capacidade e velocidade suficiente para suprir o retorno das aulas e a demanda das escolas combinando aprendizagem presencial e remota; infraestrutura necessária para as



instituições que não possuem o sinal de internet, equipamentos e seus custos para adequação necessárias para tal.

Ademais, a presença do representante do Banco Mundial, tem o propósito de compreender com mais detalhes, o excelente trabalho produzido por esta instituição, denominado *"AGINDO AGORA PARA PROTEGER O CAPITAL HUMANO DE NOSSAS CRIANÇAS - Os Custos e a Resposta aos Impactos da Pandemia do Covid-19 no Setor de Educação na América Latina e Caribe"*, em termos de metodologia do cálculo das perdas de aprendizagem, do custo econômico do fechamento das escolas e da ampliação das desigualdades decorrentes da redução de aprendizagem.

Além disso, temos interesse em conhecer as modalidades de apoio do Banco Mundial (financiamento, capacitação e estratégias de planejamento, inclusive operacionais) aos governos dos países (inclusive subnacionais) nos seus esforços de recuperação relacionados à pandemia, ao mesmo tempo em que se propõe a acelerar iniciativas de reforma da educação na esperança de ajudar os sistemas educacionais a se reconstruírem melhor no período de pandemia e pós-pandemia.

JUSTIFICAÇÃO

A pandemia da COVID-19, sem dúvida, é o maior choque mundial sofrido pelos sistemas educacionais na História. Desde sua deflagração no início de 2020, a maioria dos sistemas educacionais de todo o mundo enfrentou o fechamento repentino de instituições de todos os níveis como medida sanitária imediata para controlar a disseminação do Coronavírus, e o retorno às salas de aula no ano letivo de 2021 coloca em cena diversos desafios para gestores, professores, famílias e alunos

Após mais de um ano fora das salas de aula, nem todas as escolas conseguem garantir, dentre outras, ações como ventilação adequada e estruturas adaptadas. Esses são requisitos fundamentais para efetivar qualquer volta. Além disso, em determinados territórios do Estado as atuais condições sanitárias, com contaminação em alta, limitam qualquer possibilidade de retorno. A reabertura eficaz também envolve importantes decisões de gestão e pedagógicas. Estas incluem medidas sistêmicas e direcionadas para uma recuperação o mais brevemente possível e correção das perdas de aprendizagem, garantindo que as escolas ensinem no nível correto de todos os estudantes.

De acordo com a última edição da pesquisa Datafolha, 79% dos brasileiros acreditam que a reabertura das escolas no país irá agravar a pandemia. Do outro lado, há quem cite pesquisas e estudos de epidemiologistas para reforçar que crianças são menos suscetíveis à doença, e que, mantido o isolamento social, estão suscetíveis, da mesma forma ou até mais do que os adultos, a inúmeras consequências da privação do convívio: depressão, ansiedade, irritabilidade e sedentarismo têm sido relatados.

Apesar da preocupação de alguns gestores educacionais com a possibilidade do retorno às aulas presenciais, mesmo sob diretrizes, protocolos, notas técnicas e orientações de órgãos oficiais, afirma que uma questão primordial não tem sido abordada com a urgência e importância que deveria: o orçamento público para custear a retomada das aulas.

Independente da busca por consenso, é importante atentar-se a medidas que gestores educacionais devem considerar na elaboração de protocolos de retorno às aulas presenciais, caso assim seja determinado pelos governos estaduais e municipais. Considerando que na maioria das localidades, em razão de medidas como distanciamento social, não será permitida a volta da totalidade dos estudantes, será necessário manter o ensino híbrido, um sistema de escalonamento daqueles que frequentam a escola e nos outros dias estudam em

casa, proporcionando a devida segurança a todos os integrantes da comunidade escolar, minimizando os riscos existentes. Por isso, a importância do debate sobre acesso a tecnologias e qualidade da oferta educacional ser feito de forma mais clara, forte e precisa. Ao mesmo tempo em que traz desafios, o ensino híbrido nos apresenta oportunidades que precisam ser discutidas e bem analisadas, pois essa é uma modalidade de ensino que veio para ficar.

Pelo exposto, conto com a sensibilidade e apoio dos nobres colegas na aprovação deste Requerimento.

Sala da Comissão, 9 de junho de 2021.

Senadora Kátia Abreu
(PP - TO)
Senadora

